

Gastos reduzem superávit

39

Dívida Pública

EDNA SIMÃO

DA EQUIPE DO CORREIO

O governo federal conseguiu economizar R\$ 3,066 bilhões para pagamentos de juros da dívida no mês passado — menor valor registrado para meses de janeiro desde 1991. A queda foi puxada pela distribuição de dividendos pelas empresas federais, pagamento de precatório, aumento das despesas para administração da máquina pública e déficit da previdência social. Como isso, o dinheiro foi insuficiente para cobrir os gastos com juros no período, que saltaram de R\$ 10,676 bilhões em dezembro para R\$ 17,928 bilhões, e a dívida pública total, em termos nominais, se manteve acima da barreira psicológica de um trilhão (R\$ 1,014 trilhão).

Em termos de Produto Interno Bruto (PIB), a dívida pública ficou estável em 51,6%. Esse número poderá sofrer alteração porque a previsão de crescimento econômico utilizado pelo Banco Central (2,6%) nas contas públicas é menor do que o número efetivo (2,3%), divulgado ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Es-

tatística (IBGE). O chefe do Departamento Econômico (Depec) do BC, Altamir Lopes, explicou que possíveis mudanças só poderão ser feitas a partir da divulgação do crescimento nominal do país, o que está previsto para abril.

Lopes ressaltou, no entanto, que alterações na relação dívida/PIB dependem também do deflator da dívida — índice de correção, que no caso é o IGP-DI.

Como o avanço do país foi menor do que o número projetado pelo BC e o IGP-DI está caindo, a tendência é de que haja uma ligeira alta da relação dívida/PIB. Analistas de mercado acreditam que este ajuste deverá ser marginal. Independente de alterações, a perspectiva da autoridade monetária é de que a relação dívida/PIB fe-

che o ano em 50,3%.

Economia

No acumulado de 12 meses encerrados em janeiro, a economia feita pelo governo federal para pagamento de juros foi de 4,37% do PIB, ou seja, está em linha com a meta de 4,25%. “A diminuição do superávit primário no mês passado foi sazonal. Neste ano, o governo vai tentar ficar bem próximo da meta de 4,25%. O exce-



ALTAMIR LOPES: ESTATAIS TIVERAM DÉFICIT DE R\$ 2,8 BILHÕES DEVIDO A DECISÃO DE DISTRIBUIR DIVIDENDOS

dente deverá ser gasto”, disse a economista do Unibanco, Giovanna Rocco, referindo-se ao ano eleitoral. Em janeiro, o BC registrou um aumento de R\$ 2,8 bilhões com custeio e capital (gastos para administração da máquina pública), subindo de R\$ 6,888 bilhões em janeiro de 2005 para R\$ 9,687 bilhões no mês passado.

Para o economista da Tendências Consultoria, Guilherme Loureiro, o superávit primário em janeiro ficou muito abaixo das expectativas devido, principalmente, ao pagamento de R\$ 1,5 bilhão em precatórios e capitalização da Empresa Gestora de Ativos (Emgea) — estatal federal que administra os contratos de crédito imobiliário antigos firmados com a Caixa Econômica Federal — com outros R\$ 1,5 bilhão, o que não era esperado pelo mercado. “Mas esse resultado negativo não é uma tendência”, destacou Loureiro.

Além desses pontos, Altamir

Lopes ressaltou que as empresas estatais federais registraram um déficit de R\$ 2,885 bilhões devido a opção dos administradores de distribuírem R\$ 2,1 bilhões em dividendos. Desse total, apenas R\$ 700 milhões foram pagos ao Tesouro Nacional para reforçar o superávit primário. Segundo Lopes, este número expressivo está relacionado a alta rentabilidade das empresas. No mesmo período do ano passado, não houve pagamento de dividendo.

Uma questão que vem tirando o sono do governo federal é o elevado déficit da Previdência Social — que consome uma parcela cada vez maior do orçamento público. Em janeiro de 2005, este saldo negativo correspondia a R\$ 2,569 bilhões. No mês passado, o rombo da Previdência foi de R\$ 4,844 bilhões, reflexo de um aumento de 15,4% salário mínimo (R\$ 260,00 para R\$ 300,00) no ano passado e também da quan-

tidade de benefícios concedidos que saltou de 181.365 em janeiro de 2005 para 319.465.

Custo da dívida

Somente no mês de janeiro, o governo federal registrou uma despesa com juros de R\$ 17,928 bilhões ante R\$ 10,979 bilhões de dezembro. O desempenho se deve as elevadas taxas de juros do país e a valorização do real frente ao dólar. Diante deste cenário, o BC registrou um prejuízo de R\$ 1,8 bilhões nas operações de swap reverso (operações em que a autoridade monetária aposta na alta do dólar e os investidores na elevação dos juros). Em janeiro de 2005, o país havia contabilizado um lucro de R\$ 700 milhões com estas transações. Outra justificativa é que houve uma apreciação cambial de 5,33% que afetou a rentabilidade dos ativos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) atrelados à moeda norte-americana.

“A DIMINUIÇÃO DO SUPERÁVIT PRIMÁRIO NO MÊS PASSADO FOI SAZONAL”

Giovanna Rocco, economista do Unibanco